



## **Título do Artigo: Para perceber o ativismo a partir das relações identitárias contemporâneas<sup>1</sup>**

**Nome: Paulo Roberto Ferreira da Cunha<sup>2</sup>**

**Vinculação Institucional:** Coordenador e Professor do curso de Comunicação Social da ESPM-SP.

### **Resumo**

Transformações. Uma palavra que descreve o cenário social contemporâneo. Causas, ideologias e movimentos apresentam questões fundamentais para o exercício e o direito cidadão. O que faz oportuno compreender a sociedade e o sujeito nela inserido, que toma para si a responsabilidade de defender princípios e crenças, que incorpora o papel do ativismo. Entretanto, o valor atitudinal do ativista – inquestionável –, pode encobrir a compreensão do que move o sujeito à tal posição. Desta forma, pensadores sociais e psicanálise possibilitam um olhar para o ativista por sobre questões como narcisismo, identidade, pertencimento e referencialização. Tratam-se de sinalizadores e pontes para uma percepção deste sujeito, da intensidade do engajamento e das respostas que busca inconscientemente para sua proposta de atuação social. Como se grito e voz se fundissem com *desejar* e *referendar*. Sentidos e vitalidade erigidos nas bases mais primitivas de construção identitária de indivíduos.

**Palavras-chave:** Ativismo. Comportamento. Contemporaneidade. Identidade. Psicanálise.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 05 – *Comunicação, consumo e novos fluxos políticos: ativismos, cosmopolitismos e práticas não-hegemônicas*, do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016.

<sup>2</sup> Professor, publicitário e psicanalista. Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM/ESPM-SP). Coordenador e professor do curso de Comunicação Social da ESPM-SP. Mestre em Comunicação (Universidade Anhembi Morumbi – SP). E-mail: pculha@espm.br.



Frente às incessantes questões e transições que emergem da tessitura social contemporânea, é oportuno estabelecer uma reflexão sobre a atitude de defender causas e de sua relação com o que move quem move as causas. Por exemplo, é possível encontrar afinidades entre a constituição do indivíduo em sua cepa narcísica e as caracterizações de forças que regem grupos e sociedade em suas relações de pertencimento e de referencialização, o que pode sinalizar estratégias a serem consideradas por agentes e causas, assim como por seus críticos.

### **A premissa do espelho**

O psicanalista francês Jacques Lacan, em seu estudo denominado *Estádio do Espelho*, explica que as bases do que se constituiria em relações de referencialização, ainda na mais tenra idade do sujeito, nada mais é do que o reflexo de um amor incontinente. Por exemplo, quando uma mulher se debruça sobre o berço e fala coisas doces para seu bebê. Ela lembra de recomendações ancestrais sobre a importância, para a criança, de ouvir a suave voz de sua mãe a acalmar e a demonstrar seu amor. Afinal, por quanto tempo mais ela poderia cuidar integralmente de sua vida, protegê-lo, afastá-lo dos riscos do mundo? Ali, deitado no berço, ele pode ser cuidado, amado e sentir o que ela deseja de melhor para ele. Que seja sempre tão amoroso, lindo, fofo como agora o é. Que saiba pedir o que lhe é devido, como quando chora pelo leite ou pela nova fralda. Que seja feliz, que seja forte para segurar as barras do mundo tão cruel que um dia há de enfrentar.

Neste gesto habitual, que compõe o dia-a-dia de tantas mães, pais e filhos, o retrato lindo de uma família amorosa, transpira, entretanto, a relação que acompanhará esta criança por toda a sua vida. Na incapacidade de se perceber ainda como sujeito, sentindo um mundo como se ele fosse o mundo também, passa a ver este mundo – e, portanto, a si mesmo – a partir do olhar e da voz desta mãe. A projeção feita sobre ele, no melhor e mais nobre dos sentidos se tornará constituinte de sua psiquê. Primeiro, com a visão de si pela descrição feita por sua mãe – ou por quem desempenhar a função da maternagem –, como um corpo que é visto por



alguém e a partir da imagem sobre ele, constituindo-se por esta premissa e lembrando que esta reação já lhe garantiu bons ganhos afetivos em retorno. Mais à frente, alguém *nomeará* o bebê para o bebê – tal como em um espelho, “*aquele é o bebê!*” –, que causará estranheza a princípio, pois a sua relação com seus pares gerou a percepção de que os outros não são *eles* mas, sim, parte dele, ou melhor, *ele*, o bebê. Este registro se consolidará em percepção um pouco mais tarde, entre os seis e os dezoito meses de idade, quando o bebê perceber que não é outra pessoa no espelho ou na fala das pessoas que o cercam, mas que é ele separado.

Um dos aspectos que torna esta dialética impressionantemente forte e atual é a questão da identificação, que se torna elemento constitutivo deste sujeito. Há uma ilusão e uma imagem à qual ele ficará vinculado e da qual tentará se aproximar, e “somente pelo fato de viver com outros homens, os seres humanos ficam presos, irreversivelmente, em um jogo de identificações que os impelem a repetir aquela relação com a imago antecipatória” (BLEICHMAR & BLEICHMAR: 1992:144). Que, um dia, quando bebê, participou da constituição do mesmo sujeito, naquele momento, fragmentado e narcisicamente voltado apenas para si, mesmo ainda sem a percepção de si. O espelho torna-se, pois, uma boa metáfora para o reflexo do outro em mim e o reflexo de mim mesmo – que é um reflexo e não o eu de verdade.

### **O sujeito e a sua identidade**

A inspiração no pensamento de Jacques Lacan permite trazer à discussão visões sobre a constituição dos indivíduos na denominada contemporaneidade. Tomando-se o ponto de partida proposto por Stuart Hall, em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, o contexto histórico e econômico, oriundo de mudanças sociais ocorridas no Século XX, às quais, pouco a pouco, “fragmentaram paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006:9). Com isto, por exemplo, a ideia de mudança nas identidades pessoais vai de encontro à



ideia de sujeito integrado, gerando a perda de um “sentido de si” e, conseqüentemente, a sensação de deslocamento ou de descentramento.

Para Hall há três concepções de identidade: a primeira é a do sujeito do Iluminismo, baseada “numa concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...], cujo centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2006:11), apontando assim para uma concepção mais individualista; a segunda é a do sujeito sociológico, expressão da complexidade do mundo moderno trazido pela pós-Segunda Revolução Industrial, compreendida como concepção “interativa”, amparada pela identidade como fruto da interação entre o eu e a sociedade, preenchendo o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público; e a terceira, do sujeito pós-moderno, que aponta para uma “celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos apresentados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006:13).

Desta forma, a constituição do sujeito pós-moderno expõe, por sua vez, uma série de conflitos. A enganosa percepção de que existe uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é, nada mais, nada menos, do que uma reconfortante estória sobre si mesmo, frente à “multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006:13). Ou seja, a ideia de identidades efêmeras coaduna com a banalização da imagem gerada pela construção imagética e projetiva que age através e a partir dos sujeitos que apregoam a si a representação de agentes de uma transformação social. Para Douglas Kellner, “tal análise das figuras é importante porque as representações dos textos da cultura popular constituem a imagem política por meio da qual os indivíduos veem o mundo e interpretam os processos, os eventos e as personalidades políticas” (KELLNER, 2001:82), agindo como discriminantes e como lógicas de reconhecimento de si e dos grupos com quem se relaciona e se identifica, pronto a legitimar pontos de vista, aspectos e referências a serem adotadas, representações de algo maior que apenas a própria referência, se forem consideradas



as forças e os contextos que viabilizam e aferem sentidos a elas. Coloca-se, então, a necessária investigação de fontes culturais e referenciais para que ideologias, contextos, objetivos, papéis e aspectos identitários possam ser compreendidos, em especial na capacidade de produzirem sentidos.

Por sua vez, a questão do papel social em relação à identidade construída e à identidade projetada deve considerar que a teoria social traz à discussão a importância dos valores culturais que, por sua vez, representam a sociedade e os grupos que a constituem. A cultura que é ferramenta para a perpetuação dos valores sociais, transmitidos desde tenra idade pela mãe ao bebê, também é a base para a identificação de integrantes de um mesmo grupo social. A situação contemporânea amplificou esta relação através dos códigos que regem o pertencimento aos grupos, cada vez mais mediados e vendidos abertamente pela comunicação e pelos valores inclusos no consumo. Quanto maiores são as cidades, os países, os grupos sociais, maiores são também os esforços para fazer parte e não ficar à margem da sociedade. Pertencer significa ter uma identidade comum, avalizada, menos vulnerável a críticas e ao abandono – algo como não se perder na multidão ou tornar-se alguém. Pode-se dizer que o sentido é de “seduzir e abusar por meio do jogo da aparência” (LIPOVETSKY, 2005:2), de certa forma, envolto na nuvem da particularização, da interação e da espontaneidade. Verbaliza-se que o “afetado e o padronizado” não têm mais espaço: para se fazer parte de uma tribo, há que se seguir seus códigos. Por sua vez, parte destes códigos é representada por posse e bens de consumo, que “além de uma fragrância incomum, eles oferecem um emblema olfativo de magnificência e de pertencimento ao grupo dos magnificentes” (BAUMAN, 2009:34), gerando “certo tipo de êxtase e outros semelhantes [que] combinam o sentimento de pertencimento a uma categoria exclusiva – um grupo vetado a quase todos os outros, como um distintivo do supremo bom gosto, discernimento e *savoir-faire* (demonstrados pela exibição de objetos ou pela visita a lugares que são fechados para os outros)” (BAUMAN, 2009:34). Em suma, o sentimento de viver algo exclusivo e de estar entre – não necessariamente ser um dos – escolhidos, agrega valores que explicam a



vida e suas escolhas para o próprio sujeito, em processo contínuo incessante, capaz de sugerir inclusive a tão discutida sensação de aceleração da vida.

Por sua vez, Michel Maffesoli, em *O mistério da conjunção*, aponta para outro traço relevante da contemporaneidade, acerca dos elementos que pontuam a vida cotidiana e dos jogos que a compõem, visto que sua manutenção e sua força se preservam na pouca importância deles mesmos, possuindo a “permanência do insignificante” (MAFFESOLI, 2005:48). Esta matriz revela que o poder para o indivíduo – envolto pela efemeridade e fragmentado pelas relações sociais – é o “centro de diversos interesses e a posse de bens ou a glória e as honras são desesperadamente procurados, o que [pode ser chamado] de potência social” (MAFFESOLI, 2005:48), deixando de lado, com isto o que realmente pode ser considerado a trama da vida deste sujeito.

Comprova-se, assim, o valor da cultura como espaço de viabilização do reconhecimento subjetivo do outro na função de amálgama do grupo que referencializa e que é referencializado, baseado nas representações que circulam e que fazem sentido. E se pode afirmar que o poder da referencialização possibilita, por sua vez, a compreensão de um combustível narcísico, onde há quem quer ser visto e quem quer ser a referência para o outro, sem que necessariamente assumam apenas um destes papéis. O que por si só já é material importante para estudo.

### **O ativismo e o espelho contemporâneo**

Para relacionar as premissas do *Estádio do Espelho* – e o narcisismo inerente desta construção – com características discutidas no contexto social contemporâneo, cabe resgatar um dos pontos levantados por Lacan sobre a busca pela aprovação externa que será uma constante, graduada de formas diferentes, a partir de cada história particular, mas presente e fortemente estimulada pelas relações grupais. É cultural, é social, é constituinte. Assim, não estariam desconectados desta lógica os atores sociais que se engajam solitários ou introspectos, em grupos ou em organizações oficiais para defender crenças, ideais, perspectivas e causas. Não se



coloca aqui um questionamento sobre a validade ou a objetividade de suas convicções e atuação. Entretanto, a aderência ao tom de seu discurso, o modo de atuação e a bandeira a ser deflagrada decerto serão regidos por traços da sua constituição psíquica.

Portanto, percebe-se que há relevância no estudo dos papéis sociais a partir da necessidade de inserção e de pertencimento dos integrantes de grupos e de tribos, dos elementos que colaboram para concretizar tal experiência, tais como o consumo, a referência, o modelo idealizado de *modus vivendi*, o estilo contestador, o arrebatamento lógico e da posição do sujeito frente a estas escolhas. Bauman defende que

o deslocamento das responsabilidades de escolha para os ombros do indivíduo, a destruição dos sinalizadores e a remoção dos marcos históricos, rematadas pela crescente indiferença dos poderes superiores em relação à natureza das escolhas feitas e à sua viabilidade, foram duas tendências presentes desde o início no “desafio da auto-identificação”. (2005:57)

A relevância, no caso, é a confluência destas características com a visão da vida contemporânea imersa no narcisismo que, por sua vez, pode aparecer como indulgência voltada ao sujeito, necessidade excessiva de exposição em seu meio e um clamor discriminatório de sua pessoa – que está inserida em um grupo. A relevância ou o estranhamento da causa – e o tom adotado em sua proclamação – construirá para o ator social a aura de diferenciação e a capacidade de reconhecimento por se tornar uma referência em determinado tema ou questão. Ser um ativista é estar em relevância, logo, em espaço de visibilidade, sem risco de se perder na multidão das cidades e sociedades, sem se tornar um excluído, embora cercado por vozes que não são uníssonas (ROLNIK, 2013:12).

Logo, cabe observar que a personalização e o estar em evidência, por sua vez, estimulam as raízes narcísicas do sujeito, fazendo “da sedução uma representação ilusória do não-vivido” (LIPOVETSKY, 2005:7) que prolonga a oposição entre o real



e a aparência, embora ela se defina como “processo da transformação do real em indivíduo” (LIPOVETSKY, 2005:7), fato que torna o indivíduo mais solitário e com mais necessidade de se sentir incluído, onde seu refúgio pode ser exatamente numa capa narcísica, onde se basta justifica sua incapacidade de *ser-se* pleno em um cenário tão abstrato e desprovido dos valores um dia sussurrados em seu ouvido, ainda no berço. A causa, o real aspecto de benefício da causa e a positiva mobilização não perdem sua relevância ao mesmo tempo em que encobrem inconscientemente o que gera a energia e a catexia necessárias para que o ativista se coloque como agente transformador – em outras palavras, o traço constitutivo que gera o incômodo é ressignificado pela atuação. Sob a ótica freudiana, com total aversão à castração, sugerindo um medo de contato com o vazio interior, vazio que foi instado pela ausência das referências, que agora foram verbalmente banidas, mas que estruturalmente mantém-se como base da constituição psíquica do indivíduo. O que confirma a visão de Michel Maffesoli, de que “pode-se compreender assim a tatilidade contemporânea, esse horror ao vazio que leva à participação grupal sem reservas e faz com que sem razão alguma a gente se reúna. [...] e que favorece uma configuração social que tende a eliminar a separação entre objetivo e subjetivo” (MAFFESOLI, 2005:20). A ponto de se construir uma polarização entre quem está autorizado a fazer parte, identificar-se ou falar sobre determinada causa, tal como apontam Slavoj Zizek e Glyn Daly:

Acho que o erro fundamental é que a autenticidade suprema fica baseada na ideia de que só a pessoa imediatamente afetada pelas circunstâncias é capaz de contar a história verdadeira de seu sofrimento – digamos, só uma negra homossexual é realmente capaz de saber e dizer o que significa ser uma negra homossexual, e assim por diante. (ZIZEK; DALY; 2006:175)

Compreende-se, pois, que tanto a defesa de uma causa poderia ser o remédio para uma dor de exclusão sofrida em silêncio por um indivíduo, como a causa poderia se configurar no objeto em si da exclusão da sociedade modelar. Ou em objetos outros





que permitam defesa mais ampla à exclusão como um todo. Cujas reflexões encontram a afirmação de Vladimir Safatle:

Quando realmente pensamos, conseguimos ir além dessa liberdade reduzida a um simples livre-arbítrio, cujas escolhas são feitas no interior de um quadro imposto, e não produzido por cada um. Por isso, o pensamento quando aparece, exige que toda ação não efetiva pare, com o intuito de que o verdadeiro agir se manifeste. Nessas horas, entendemos como, muitas vezes, agimos para não pensar. Pensar de verdade significa pensar em sua radicalidade, utilizar a força crítica e radical do pensamento. Quando a força crítica do pensamento começa a agir, todas as respostas se tornam possíveis e alternativas novas aparecem na mesa. Nesses momentos, é como se os aspectos das possibilidades aumentassem, pois para que novas propostas apareçam é necessário que saibamos, afinal de contas, quais são os verdadeiros problemas. (SAFATLE, 2012:51)

A questão presente nesta dialética reside na afirmação de Maffesoli de que “a identidade pessoal só vale em função da identificação a um grupo determinado” (MAFFESOLI, 2007:137), e de que ela não é capaz de se constituir com garantias ou fornecer algo de perpétuo. Afinal, estas relações “são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso [...]” (BAUMAN, 2005:17) terão papéis importantes, – até mesmo constituintes – na sua identidade, na sua subjetividade e em seu funcionamento psíquico. A relação com o grupo será amparada por uma atitude de construir a percepção de fazer parte, no sentido de “transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos [...] [e] recriar a realidade à semelhança da ideia” (BAUMAN, 2005:26) de assim o ser. Sem esquecer que “por trás da necessidade de discussão, de reconstrução do caráter real da democracia, há um afeto que [se deve] saber guardar sempre, porque é o motor de toda a crítica. Trata-se do profundo sentimento de mal-estar e desencanto [...]. É a angústia do desencanto que nos une [...]” (SAFATLE, 2012:51).



Outrossim, a relação de um grupo com a sociedade em que se insere gera interessante paradoxo: observa-se que grupos constroem espaços de legitimação identitária, ainda que sob a égide de uma causa, os quais também são definidos midiaticamente como *guetos*. E, como tal, fornecem segurança vital e essencial ao grupo – na ordem emocional e na ordem física mesmo –, tal como um *bunker*, que se fortalece na medida em que se identifica subjetivamente, que reitera incessantemente seus códigos identitários e que possuem reconhecida sua causa. Entretanto, a existência – inquestionavelmente necessária – de um grupo diferenciado dentro de um grupo social maior – leia-se, a sociedade – corrobora para a percepção de exclusão, na medida em que o *gueto* proclama sua existência por não se ver reconhecido pelos valores ou pelo perfil do grupo maior, logo, ele não faria parte da sociedade. Ou seja, o espaço identitário e acolhedor é também a sinalização da exclusão da causa e do grupo ante a sociedade em que estão inseridos.

Outro sintoma que pode representar tensões na relação de legitimação das *bandeiras* é a atribuição da imagem de vanguarda da causa defendida por determinado grupo. Por mais que a militância relacionada a uma causa esteja justificada em função do enraizamento das questões a serem debatidas e solucionadas, o discurso por vezes assume um tom mais conservador que o proferido pela causa original, como aponta Raquel Rolnik: “trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade [...]” (2013:12). Em outras palavras, possui vital importância a atitude de não permitirem determinadas manifestações reconhecidas como antagônicas a um estado de ser contemporâneo, democrático e socialmente aceitável. Ainda que a proibição em si seja censura. Ainda que seja policialesca a forma de não aceitar quem não coaduna com os mesmos ideais e ideias, ou melhor, com as *maiores verdades*. Ainda que tudo isto exponha a possibilidade do conservadorismo estar presente no discurso moderno dos agentes de mobilizações sociais.



Uma derradeira reflexão, ainda acerca do espaço em que se desenrola o ativismo, pode sinalizar o espaço urbano erigido em concreto ou em *bytes*, como o contexto que corrobora para validar causas e identificações subjetivas dos agentes ativistas. As contradições advindas do excesso, da amplitude, da gama de focos possíveis nas relações contemporâneas, oriundas da “[...] acelerada ‘liquefação’ das estruturas e instituições sociais” (BAUMAN, 2005:57), é descrita pelo pesquisador Mauro Luis Iasi da seguinte forma:

Na unidade de contrários que é a cidade, a ordem e a inquietação estão unidas por mediações que ligam os dois polos da contradição, operando tanto no sentido de controlar, reprimir ou neutralizar as contradições nos limites da ordem quanto no sentido de dar vazão à contradição que tenciona os limites da ordem estabelecida como real. Essas mediações agem por meio de diferentes mecanismos de defesa do ego que atua nos indivíduos e que se manifesta na fuga, na racionalização, na repressão do desejo, no deslocamento, na sublimação, na luta. O cotidiano é o campo dos mecanismos de adaptação, e a luta não é a regra. (2013:43)

Neste sentido, os movimentos derivados deste espaço de mediação, identificação, fragmentação e contradições – que são as cidades –, a princípio, podem não incorporar

utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *status quo*. [...] Como indignados, eles fazem, mas não o sabem [...]. (ALVES, 2012:36)

Assim, é no urbano que se comprova o valor da cultura como espaço de viabilização do reconhecimento subjetivo do outro na função de amálgama do grupo que referencializa e que é referencializado, baseado nas representações que circulam e



que fazem sentido. A causa real ressignificar a causa subjetiva pessoal, que somada a outras, aferem movimento e amplitude ao que se defende, ao que se exige, ao que brada em *memes*, em faixas, em *panelaços* ou em marchas.

E, por fim, resgatando o processo do espelho defendido por Lacan, a fragmentação não é apenas fruto da contemporaneidade, mas, sim, elemento constitutivo do psiquismo humano. Ao que Hall, Bauman, Lipovetsky e Maffesoli apresentam como *senalizadores*, pode-se compreender como uma percepção de seu tempo, exterior e não interna. Portanto, sem se ater a tempos precisos e definidos, a fragmentação percebida na maturação dos bebês e que permanece por toda a vida encontra os braços abertos de uma sociedade multifacetada, seletiva e antagônica em seus grupos e que cobra pedágio para um indivíduo se constituir como parte dela. Na qual coexistem grupos e *guetos*, com discursos por vezes antagônicos, mas certamente com gêneses subjetivas e constitutivas muito mais próximas do que se reconhecem. Que fazem de si os primeiros instrumentos das causas que lhes legitimam a identidade frente aos estereótipos modelares com que conflitam. Causas que possuem validade enquanto emergência de necessidades da própria sociedade. Às quais, por sua vez, assumem o papel da *mãe sussurrante*, para sujeitos que se tornam *bebês* no seu dia-a-dia, na eterna busca por aprovação, por referências e por sua inclusão. Justas e perfeitas, como todas as mães veem seus bebês. Que se traduzidas sob a forma de um manifesto, clamaria o quanto de cada sujeito precede suas causas, seus ídolos e suas crenças. O quanto de seus conflitos pessoais estão presentes em suas vozes? O quanto eles não tem coragem de ser, e ele o é através do discurso de oposição ou de confronto? Que nada disto diminua suas vozes. Mas que entendam o porque do tom e da polifonia e da polissemia subjetivas coexistirem nas lutas que travam diariamente. Por um sentido maior. Por paz no coração. Para reduzir a dor. Para ser, com e apesar dos discursos.



## Referências

- ALVES, Giovanni. “Ocupar Wall Street... e depois?”. In *Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BLEICHMAR, Norberto M.; BLEICHMAR, Célia L. de. *A psicanálise depois de Freud*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1992.
- CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da Cunha. “Cinema Paradiso – um filme, muitos discursos, diferentes Itália’s”. In *Estudos de comunicação e análise de discurso*. São Paulo: Intermeios/ FAPESP/ ESPM, 2015.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru/SP: EDUSC, 2001.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise / Laplanche e Pontalis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Barueri/SP: Manole, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. *O mistério da conjunção – ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Porto Alegre/RS: Sulina, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ROLNIK, Raquel. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.” In *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.
- SAFATLE, Vladimir. “Amar uma ideia”. In *Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.
- ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.